

Sindicato critica atrasos no Estatuto dos Professores

Novo Estatuto da Carreira do Docente deverá ser aprovado em julho, segundo secretário em resposta ao Sindicato dos Professores

LUSA
Açoriano Oriental

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) criticou ontem o atraso na entrada em vigor do novo Estatuto da Carreira do Docente, o que o secretário regional da Educação justificou com a complexidade do documento.

“Decorre do facto de ser um documento que tem alguma complexidade técnica e que obviamente leva mais tempo em consideração do que diplomas menos complexos”, salientou, em declarações aos jornalistas, o secretário regional da Educação e

Cultura, admitindo que a tramitação do documento esteja a ser “um pouco mais demorada do que é habitual”.

Avelino Meneses falava depois de uma reunião com a direção do sindicato, que alertou para a necessidade de os diplomas entrarem em vigor antes de janeiro.

“Para nós era importante que o diploma estivesse em vigor no mínimo antes dos concursos de janeiro, porque traz alterações que permitirão a entrada de mais professores no quadro”, explicou António Lucas, do SPRA.

A proposta do novo Estatuto da Carreira do Docente foi negociada com os sindicatos até março, altura em que a sua tramitação passou para a tutela da vice-presidência do Governo Regional.

O secretário regional da Educação disse ter expectativas, mas não a certeza, de que o documento seja aprovado em Conselho de Governo já no início de julho.



Avelino Meneses diz não ser possível que estatuto entre em vigor antes do ano letivo

“Ainda assim, segundo o sindicato, já não é possível que os diplomas entrem em vigor antes do arranque do ano letivo, porque terão de ser votados na Assembleia Legislativa da Região, e esse atraso terá implicações, por exemplo, “ao nível dos horários, ao nível dos artigos que descontam o período de férias e ao nível da avaliação do desempenho”.

“Com a lei atual, as escolas fazem os horários com base em 25 alunos. Com a entrada em vigor

do estatuto será com base em 20. Para nós, isso era importantíssimo que estivesse em vigor aquando da realização dos concursos”, salientou António Lucas.

O sindicalista espera que o estatuto entre em vigor “ainda neste ano civil”, entre outubro e dezembro, mas considerou que o executivo açoriano está em falta com o que prometeu.

Para Avelino Meneses, o documento entrará em vigor no início no ano letivo e terá “aplicabi-

lidade imediata”, não constituindo motivo para causar instabilidade no arranque das aulas.

“Não creio que seja por aí que venha a haver maior ou menos estabilidade no início do ano letivo. Estamos a trabalhar como trabalhámos o ano passado, para que tenhamos um arranque de ano letivo com relativa paz.

Avelino escreve a Crato

O Secretário Regional da Educação e Cultura revelou ainda, em Angra do Heroísmo, que endereçou ao Ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, um carta a sensibilizá-lo para a situação do desaparecimento das listas nacionais de 25 docentes de educação especial dos Açores “ser suficientemente esclarecida”.

Avelino Meneses considerou esta situação, apesar do concurso de colocação de professores no continente não decorrer na alçada da Região, de “preocupante”.

“Claro que os docentes lesados podem protestar e certamente vão fazê-lo, dentro dos prazos legais, mas independentemente disso nós não quisemos ficar à margem do processo”, referiu.

Neste sentido, o Governo dos Açores, através da Secretaria Regional da Educação e Cultura, solicitou ao Ministro da Educação e Cultura que a situação destes docentes, que por várias razões desejam agora ser colocados no continente, “seja efetivamente esclarecida e a verdade e a justiça sejam repostas”, frisou Avelino Meneses. ♦

GACS